

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.711 - SC (2019/0172381-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : MARIA DE FÁTIMA BOERA DA SILVA
ADVOGADOS : SAULO BONAT DE MELLO - SC017615
HEROLDES BAHR NETO - SC031052
AGRAVADO : CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA
ADVOGADOS : LYCURGO LEITE NETO - DF001530A
ALYSSON ROCHA - SC053660

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (art. 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão (e-STJ fls. 560/563) que inadmitiu o recurso especial em virtude de: (a) deficiência na fundamentação das razões recursais (Súmulas n. 283/STF e 284/STF), (b) impossibilidade de examinar, em sede de recurso especial, violação de artigos da Constituição Federal, (c) ausência de prequestionamento (Súmulas n. 282 e 356 do STF) e (d) impossibilidade de análise de matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 384/386):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VAZAMENTO DE ÓLEO DOS TRANSFORMADORES DA SUBESTAÇÃO DA CELESC. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM EM FACE DA INEXISTÊNCIA DE COMPROVANTE IDÔNEO DA ATIVIDADE LABORATIVA DA AUTORA, DA COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS E DE QUE A MARICULTURA POR ELA UTILIZADA É EFETIVAMENTE AQUELA DO LOCAL AFETADO PELO DANO AMBIENTAL.

INSURGÊNCIA DESTA PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA.

ALEGAÇÃO DE QUE O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE CERCEOU SEU DIREITO DE DEFESA, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL, PARA COMPROVAR SUA ATIVIDADE LABORATIVA E OS DANOS ALEGADAMENTE SUPOSTOS. INSUBSISTÊNCIA.

DESNECESSIDADE DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DA AUTORA - NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ATO ILÍCITO E OS SUPOSTOS DANOS - APENAS ATRAVÉS DE PROVA ORAL.

COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE MARICULTORA, DOS RENDIMENTOS AUFERIDOS NESTA PROFISSÃO E DA EXTENSÃO DOS DANOS SOFRIDOS QUE DEMANDARIA INÍCIO DE PROVA DOCUMENTAL, NÃO PODENDO A PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL SUPRIR-LHE A FALTA, MORMENTE NO TOCANTE A QUANTIFICAÇÃO DOS LUCROS CESSANTES.

- A prova testemunhal, em casos semelhantes, somente seria admissível se houvesse início de prova documental ou exposição dos fatos jurídicos pertinentes, pois inviável a produção exclusiva de prova testemunhal para evidenciar ou mensurar os danos materiais, mormente em se tratando de lucros cessantes, ou ainda especificar os danos morais sofridos. (TJSC, Apelação Cível n. 0017537-43.2013.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 12-12-2017).

DEMONSTRAÇÃO QUE, A DESPEITO DO CARÁTER INFORMAL DA ATIVIDADE, PODERIA SER EFETIVADA POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE ÁREA AQUÍCOLA, DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO, DECLARAÇÕES POR ESCRITO, NOTAS E RECIBOS EMITIDOS POR COMERCIANTES QUE ADQUIRIRAM SEUS PRODUTOS.

IMPRESINDIBILIDADE DA PROVA DOCUMENTAL ACOMPANHAR A INICIAL POR SE REFERIR A FATOS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E SER DE FÁCIL OBTENÇÃO, DESAUTORIZANDO A SUPERVENIENTE JUNTADA (ARTIGOS 396 E 397 DO CPC/1973).

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIBIÇÃO DAS PROVAS DOCUMENTAIS EM MOMENTO OPORTUNO (EXERCÍCIO INFORMAL DA PROFISSÃO) ALEGADA, TÃO SOMENTE, NAS RAZÕES RECURSAIS.

- Veja-se que a autora/apelante nem sequer apresentou qualquer justificativa para a não exibição das provas em momento oportuno, vindo, tão somente, nas razões recursais sustentar a sua dificuldade em apresentá-las documentalmente, tendo em vista a informalidade do exercício da sua profissão.

Todavia, tal alegação não se justifica, até porque a autora deveria ter, ao menos, exposto corretamente, em sua peça exordial, os fatos jurídicos que the fossem peculiares para subsidiar a prestação jurisdicional positiva almejada, o que não fez.

Observa-se que a petição inicial é extremamente genérica, não dissentindo de outras já apresentadas pelo mesmo escritório de advocacia em demandas ,semelhantes, pois inexistente qualquer peculiaridade ou especificidade na exposição do caso concreto.

POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, EM CONSONÂNCIA COM O LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR E DA LIVRE ADMISSIBILIDADE DA PROVA (ARTS. 370 E 371 DO NCPC E ARTS. 130 E 131 DO CPC/1973), POIS ULTRAPASSADA A FASE EM QUE DEVERIAM SER ACOSTADOS OS DOCUMENTOS.

MÉRITO. DANOS MATERIAIS (EMERGENTES E LUCROS CESSANTES) E MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ. AUSENTE, PORÉM, PROVA IDÔNEA DO EXERCÍCIO DA MARICULTURA PELA A REQUERENTE, ESPECIALMENTE NUM DOS LOCAIS AFETADOS PELO ACIDENTE AMBIENTAL. DANOS E NEXO DE CAUSALIDADE NÃO CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR AUSENTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 410/416).

No recurso especial (e-STJ fls. 419/434), interposto com base no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente apontou a necessidade de suspensão das ações individuais e aduziu a violação do art. 225, § 3º, da CF e dos seguintes dispositivos legais:

(a) arts. 43, 59 e 976 do CPC/2015, afirmando nulidade do julgado por ilegal modificação da competência por conexão imprópria,

(b) arts. 927 do CC/2002, 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981 e 374 do CPC/2015, sustentando reparação integral dos danos que foram comprovados nos autos.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 550/558).

No agravo (e-STJ fls. 566/576), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 585/591).

É o relatório.

Decido.

A tese de violação do art. 225, § 3º, da CF não merece acolhida, visto que não cabe a esta Corte o exame de suposta ofensa a dispositivos e a princípios constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF (art. 102, III, da CF).

Quanto à suspensão do processo enquanto pendente o julgamento da Ação Civil

Pública, a recorrente deixou de indicar nas razões recursais – de forma inequívoca e vinculada – os dispositivos de lei federal eventualmente violados pelo acórdão impugnado, fato que caracteriza deficiência na fundamentação recursal, a teor da Súmula n. 284 do STF.

A Corte local não se manifestou quanto aos arts. 43, 59 e 976 do CPC/2015. Dessa forma, sem ter sido objeto de debate na decisão recorrida, a matéria carece de prequestionamento e sofre, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

A Corte de origem entendeu que não há falar na suspensão do processo individual (e-STJ fl. 390):

Do pedido de suspensão do processo A parte requerente/apelante, na petição retro, formulou pedido de suspensão do processo, com fulcro nos arts. 104 da Lei 8078/90 e 21 da lei 7.347/85, diante da tramitação de ação civil pública sobre os mesmos fatos e danos, o qual não merece prosperar.

Isso porque, não obstante a Ação Civil Pública n. 5001151-41.2013.4.04.7200/SC, ajuizada pelo Ministério Público Federal, esteja discutindo os impactos ambientais e sociais que teriam sido causados em 2012 pelo derramamento de milhares de litros de óleo, oriundos de transformadores localizados em subestação elétrica desativada da Celesc, na região sul desta cidade de Florianópolis, observa-se que, na hipótese, a controvérsia cinge-se quanto à comprovação do exercício da maricultura pela parte requerente, de modo que a superveniente sentença de mérito a ser proferida naqueles autos não influenciará no julgamento do presente recurso, até porque, como se verá adiante, o evento danoso é reconhecido como incontroverso.

A respeito de tais razões de decidir, a recorrente não se manifestou.

Assim, não estando impugnado fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, aplicável a Súmula n. 283/STF.

O Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu pela ausência de provas dos danos individuais, nos seguintes termos (e-STJ fls. 396/399):

Conforme anteriormente mencionando, é incontroverso o evento danoso (vazamento no meio ambiente de óleo de transformador) ocorrido em subestação desativada da Celesc (requerida/apelada), situada no bairro Tapera, desta cidade de Florianópolis, que afetou grande número de maricultores, acarretando o ajuizamento de várias ações e interposição de recursos, cuja pretensão engloba pedido de indenização por danos materiais e morais.

Em decorrência de tal fato, e por medida de segurança, foi emitido pela FATMA um Termo de Embargo, Interdição, Suspensão e Apreensão da maricultura (cultivo de ostras e mariscos, entre outros); da pesca; da extração/captura de berbigão, marisco, ostras, peixes e crustáceos; do banho ou contato primário; da retirada ou utilização de qualquer item da fauna e flora marinha e da região do mangue; e do consumo e comércio de qualquer elemento ou alimento provenientes da região do entorno do vazamento, que inclui o bairro Tapera e o Ribeirão da Ilha (fls. 140/142).

Também, foi ajuizada Ação Civil Pública pelo Ministério Público, autuada sob o n. 5001151-41.2013.4.04.7200, na qual, em 28/01/2013, foi concedida liminar, para determinar à FATMA que "[...] amplie o embargo administrativo atual (feito nas áreas imediatamente próximas ao local do, acidente) para toda a franja da Ilha de Santa Catarina, isto é, para toda a região costeira compreendida nas Baías Norte e Sul (os municípios de Palhoça, São José, Florianópolis, Biguaçu e Governador Celso Ramos), até que haja um diagnóstico preciso, seguro e definitivo sobre a contaminação e seus impactos.[...]" (fls. 24/29 e 143/148).

Porém, após quatro dias (em 31/01/2013), tal decisum foi revogado, pois, tendo a Celesc

assumido a responsabilidade objetiva pelo dano ambiental, o processo foi extinto, com resolução do mérito, face a perda do objeto da ação (fls. 30/36 e 149/155).

Não obstante, em 05/07/2017, a referida sentença restou anulada em grau de recurso, pela 4ª Turma do TRF da 4ª Região, tendo o processo retornado ao juízo da causa e lá retomado o seu curso legal, encontrando-se pendente de instrução.

A matéria é de amplo conhecimento desta Corte, tendo, inclusive, o Grupo de Câmaras de Direito Civil (Incidente de Assunção de Competência n. 0017699-38.2013.8.24.0023/50000, j. em 11/10/2017) decidido, por unanimidade, determinar a reunião, nesta Instância recursal e no primeiro grau, dos feitos relativos ao tema em questão, observada a prevenção, a fim de evitar decisões conflitantes.

E, por sua vez, a nossa Câmara, identificada no referido julgamento como órgão julgador prevento, vem concluindo, predominantemente, pela caracterização da responsabilidade objetiva da CELESC em casos semelhantes ao presente.

Como é sabido, o art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981, prevê que "[...] é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade [...]".

Aliás, o dispositivo foi recepcionado pela Constituição Federal, por meio art. 225, § 3º, que assim dispõe:

[...]

Portanto, é inafastável o dever da demandada/recorrida de responder pelo evento, independentemente da ocorrência, ou não, de maiores danos ambientais e/ou à saúde, porquanto, como é notório, o derramamento de milhares de litros de óleo de transformadores localizados em subestação elétrica desativada da CELESC poluiu o mar da região sul de Florianópolis/SC. Não obstante, deve a parte autora comprovar os alegados prejuízos dele advindos (art. 333, inc. I, do CPC/1973).

Porém, como visto e consignado na sentença, a autora não provou, estreme de dúvidas, o exercício da maricultura, especialmente num dos locais afetados pelo dano ambiental, não havendo como, na espécie, condenar a concessionária ao pagamento de valores compensatórios decorrentes do ilícito praticado, pois ausente elemento necessário à verificação do nexo de causalidade entre o incidente e os supostos danos dele advindos.

Veja-se que a autora/apelante não apresentou qualquer justificativa para a não exibição das provas, vindo, tão somente, nas razões recursais sustentar a sua dificuldade em apresentá-las documentalmente, tendo em vista a informalidade do exercício da sua profissão.

Todavia, conforme anteriormente mencionado, tal argumento não se justifica, até porque a requerente deveria ter, ao menos, exposto corretamente, em sua peça exordial, os fatos jurídicos que lhe fossem peculiares para subsidiar a prestação jurisdicional positiva almejada, o que não fez.

Portanto, considerando a fragilidade dos elementos probatórios relativos ao exercício da maricultura pela autora em uma das regiões afetadas pelo acidente ambiental, provas documentais estas que deveriam ser juntadas no momento oportuno, qual seja, quando do protocolo da petição inicial, sendo de fácil obtenção e crucial ao deslinde do feito, deve ser mantida a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados.

Assim, considerando a fundamentação do acórdão objeto do recurso especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o

Superior Tribunal de Justiça

valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator